

## CARTA DE BRASÍLIA

A XXXVI Plenária da Bacia do Rio São Francisco reunida em Brasília/DF para discutir a situação e impactos da segurança de barragens no Rio São Francisco vêm a público manifestar-se sobre alguns posicionamentos, a saber:

1. Em primeiro lugar, nós gostaríamos de expressar a solidariedade com todas as famílias das vítimas do rompimento da barragem da Vale no Córrego do Feijão em Brumadinho/MG;
2. É profundamente lamentável o comprometimento ambiental à qualidade do rio Paraopeba que é um importante afluente do rio São Francisco e eventos como estes são inaceitáveis;
3. Além da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, em exposições realizadas foi demonstrado que hoje existem no Bacia Rio das Velhas 66 barragens de rejeitos minerários, destes 19 não tem atestado de estabilidade e 3 estão no nível máximo de emergência.
4. A maioria destas barragens, concentra-se na região do Alto Rio das Velhas, fundamental para garantir o abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dessa maneira, o rompimento destas barragens pode provocar o desabastecimento da região, conforme ocorreu com o sistema de captação e abastecimento do rio Paraopeba. O impacto da lama de uma possível ruptura na Bacia do Rio das Velhas, diferente do rio Paraopeba é lançado diretamente na calha do rio São Francisco.
5. Por outro lado percebe-se a fragmentação institucional do processo de fiscalização e a sua precariedade o que gera uma insegurança no sistema de controle e regulação de barragens no contexto do rio São Francisco;
6. A partir do que ocorreu houve mudanças na legislação no estado de Minas Gerais e no Brasil, modificações estas que o CBHSF respalda e reitera como a definitiva proibição de métodos de barramentos de rejeito a montante e não podem existir riscos e ameaças às pessoas que residem nas áreas chamadas de “autosalvamento”;
7. Na Câmara Federal existem diversas propostas criadas pela Comissão Extraordinária de Brumadinho- Paraopeba que procuram melhorar o licenciamento e fiscalização de barragens e que tem apoio deste comitê.
8. Reiteramos a necessidade de ações emergenciais para não permitir o avanço do pluma de rejeitos para a Barragem de Três Marias e que todas as medidas sejam tomadas para se evitar o rompimento de novas barragens especialmente no Alto Rio das Velhas.
9. Recomendamos também as Prefeituras Municipais faça parte do acompanhamento sistemático dos Danos Potenciais Ambientais – DPAs de todos os barramentos e seus diversos usos.
10. E que os Ministérios envolvidos com a temática se debruçam no atendimento das necessidades urgentes enfrentadas pelas comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas diretamente afetadas e ameaçadas com riscos de rompimento de barragens.

*Brasília/DF, 16 de maio de 2019*

